

O resgate da dignidade parlamentar

CAMPOS MACHADO

As instituições e os Poderes, nas três esferas—federal, estadual e municipal—, vivem uma grave crise de representação social.

Essa falta de legitimidade tem fatores diversos, mas, certamente, tanto a incapacidade de comunicação entre representante e representado como a falta de regras que forneçam maior transparência à utilização do dinheiro público têm boa dose de responsabilidade por esse estado de coisas.

A verdade é que há uma desconfiança generalizada de que a classe política, mais do que defender os pleitos da população, está preocupada com seus próprios interesses.

Com a finalidade de contribuir para o resgate dessa confiança perdida, por meio de uma melhora nas regras e uma maior transparência no que diz respeito aos gastos do parlamento, a Assembleia Legislativa paulista aprovou, já em segundo turno, a PEC 14/2015.

A proposta, que terá de constar expressamente do orçamento que está para ser votado, tem o objetivo de tirar de cena, de uma vez por

todas, a barganha e o jogo partidário em relação a algo que é de fundamental importância para todos os municípios do Estado e para a população em geral: a destinação das emendas parlamentares.

De forma inédita no país e, certamente, constituindo-se no que de mais importante ocorreu naquela casa de leis nos últimos 40 anos, a PEC 14 assegura que 0,3% da Receita Corrente Líquida do Estado seja um instrumento para que todos os deputados —da base e da oposição, sem distinções— possam destinar recursos para políticas públicas, atingindo questões de interesse local mais pontuais nos 645 municípios paulistas —questões essas que o Estado, por ter uma visão geral, não consegue tratar.

Essa mudança faz com que a Lei Orçamentária Anual, além de autorizar, também imponha não só essa isenção na distribuição de emendas parlamentares como a exigência de que metade desse montante seja destinada às políticas públicas na área da saúde.

Ou seja, se já estivesse em vigor em 2017, seriam cerca de R\$ 186 milhões a mais para ações de saúde

pública, sendo vedada a destinação desses recursos para salários e demais encargos sociais.

Por outro lado, diferentemente do que tem sido dito, é incorreto afirmar que a proposta vai elevar gastos. Primeiro, porque o PL 920/2016, também aprovado nos últimos dias, estabelece a inflação do ano anterior como teto do crescimento da despesa.

Da mesma forma, porque a PEC 14 apenas estabelece uma vinculação em relação à receita que será arrecadada, ou seja, não exige novas receitas para cumprir compromissos nela estabelecidos. Assim, apesar de as emendas parlamentares registrarem crescimento, o que vai ocorrer é apenas um remanejamento do orçamento.

Por fim, sobre a preocupação com a responsabilidade fiscal, vale citar também que o parágrafo 14 da PEC permite readequações, em caso de ameaça ao cumprimento da meta fiscal. Vale citar, porém, que isso é algo com que São Paulo não tem que se preocupar atualmente, já que o atual governo entrega o Estado com uma saúde fiscal invejável.





De qualquer maneira, a preocupação é pertinente, já que não há garantia de que isso não possa vir a ocorrer no futuro. Caso ocorra, não haveria risco de que viesse a prejudicar o legado a ser deixado pelo governador Geraldo Alckmin.

Portanto, além de ganharem o Poder Legislativo, as instituições e a democracia, ganha, especialmente, a população, já que, agora, os benefícios serão dirigidos, total e diretamente, aos municípios.

CAMPOS MACHADO é deputado estadual, líder da bancada do PTB e autor da proposta do Orçamento Impositivo (PEC 14/2015)

Uma crise anunciada

JOSÉ ANTONIO SEGATTO

Já há alguns anos constatamos, em artigo neste mesmo espaço (Publicização da universidade, 10/8/2014), o desencadeamento de uma grave crise nas universidades estaduais paulistas – USP, Unesp e Unicamp. Apontávamos também seus fatores originários, que, acumulados ao longo do tempo, não haviam sido enfrentados – e envolviam e envolvem não só problemas econômico-financeiros e do sistema administrativo, mas, sobretudo, a conformação dos poderes e dos métodos de gestão, impregnados de patrimonialismo e clientelismo, cartorialismo e corporativismo. Observávamos, ademais, ser necessária a adoção de medidas urgentes capazes de estancar o agravamento da crise em curso e, mais, que esta poderia resultar em eventual inadimplência, o que implicaria a paralisação de atividades e a impossibilidade de pagamento da folha de salários e de encargos. Decorridos mais de três anos, poucas providências foram adotadas. A USP, cuja situação, naquele momento, era de maior gravidade – com a folha de pagamentos tendo chegado a 105% do orçamento –, viu-se compelida a despender quase todas as suas reservas e realizar um ajuste, ainda que parcial e fraco, sem ir ao cerne das questões.

Dessa forma, mesmo com as reparações promovidas pela Reitoria, a sua situação econômico-

financeira continua precária. Concomitantemente, a situação da Unicamp e da Unesp era e é igualmente débil e inquietante. A primeira aprovou recentemente medidas tímidas e/ou paliativas, adiando a resolução dos problemas. Já a segunda não tomou providência alguma – mesmo diante do fato de sua folha de pagamentos ter-se aproximado dos 100% da receita – e não tem orçamento para pagar o 13.º salário dos servidores estatutários (professores e técnico-administrativos), bem como, provavelmente, para o total da massa salarial de 2018 – situação que pode vir a se agravar, dado que a administração central tem tido sua capacidade diretiva e sua credibilidade exauridas de maneira célere. Ante a magnitude da crise, o establishment universitário (reitor e seu staff, gestores acadêmicos e administrativos, corporações e confrarias de interesses, etc.) tem-se postado de forma incerta, procurando simplesmente contornar suas origens e implicações. Tem-se limitado a reivindicar o aumento do porcentual da quota-parte do ICMS, que já é de 9,57%, equivalente a quase R\$ 10 bilhões. Convenhamos, é um montante bastante expressivo, se considerarmos a realidade socioeconômica do País. A situação, que hoje é grave, poderá tornar-se imponderável ou mesmo dramática nos próximos anos se medidas de reforma estrutural e de ajuste não forem realizadas.

Guardadas as devidas diferenças e proporções, não é de todo inverossímil que aconteça em São Paulo algo parecido com o que sucede na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). Para evitar semelhante constrangimento as universidades paulistas terão de atacar problemas crônicos, cujas resoluções não podem mais ser postergadas – muito menos ser resolvidos com medidas efêmeras. Dado que os problemas são numerosos, alguns devem ser eleitos como prioritários. Entre eles: 1) o da burocratização – as universidades se tornaram imensos aparatos burocráticos com centenas de órgãos (departamentos, conselhos, comissões, câmaras, diretorias, seções, divisões, etc.) e milhares de servidores técnico-administrativos, que chegam a perfazer o dobro ou o triplo de docentes/ pesquisadores. Tais aparatos ganharam, muitas vezes, vida própria, sobrepondo-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão, e mesmo as atividades dos docentes experimentaram cabal burocratização. Esse fato provocou distorções inconcebíveis, transformando atividades-meio em atividades-fim. 2) O da privatização – a cultura e as práticas patrimonialistas, também nas universidades públicas, foram convertidas em procedimentos ordinários; manifestam-se dos mais variados formas e meios e a ele se acoplaram o clientelismo e o corporativismo.





Mediante a indiferenciação entre o público e o privado, a burocracia universitária apropria-se constantemente de bens e fundos públicos, auto-atribuindo-se benefícios e privilégios dos mais variados tipos, ao legislar em causa própria – isso proporcionado por pacto (velado) entre o establishment universitário e o sindicalismo de resultados e/ou negócios, movido por um corporativismo insaciável e de conveniência pecuniária; ocorreu mesmo uma sindicalização de órgãos centrais da universidade. Tudo isso foi possibilitado, evidentemente, pela autonomia (didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial), compreendida pelos servidores (docentes e técnicos-administrativos) como ilimitada, e pela refutação desses mesmos funcionários de qualquer regulação externa. Inegavelmente, existem outros problemas que poderiam ser expostos. 1) A falta de transparência e de responsabilização de agentes nas decisões e na execução orçamentária e financeira e no controle de aplicações e investimentos; 2) a ineficiência e mesmo o amadorismo na gestão

universitária.

Logo, a crise não se deve, simplesmente, ao mero desequilíbrio financeiro provocado por gestões perdulárias – o que, de fato, aconteceu –, mas deriva de questões estruturais. Isto posto, e se nosso entendimento for adequado, urge a realização de uma ousada reforma acadêmico-administrativa, capaz de eliminar órgãos e procedimentos burocráticos e cartoriais, patrimoniais e corporativos – mudanças passíveis de desburocratizar e desprivatizar as universidades públicas, ou seja, de democratizá-las e publicizá-las. Entretanto, se esse estado de coisas não for revertido, elas estarão fadadas ao perecer gradual, perdendo o sentido de ser e existir. Ou, no mínimo, podem ficar à mercê de projetos e interesses impróprios, como o sugerido no relatório do Banco Mundial, há pouco divulgado com acentuado júbilo por certos órgãos da mídia.

PROFESSOR TITULAR DE SOCIOLOGIA DA UNESP

Fazenda veta liberação de socorro de R\$ 600 milhões ao Rio Grande do Norte

Ajuste. Em crise, governo potiguar vinha negociando com o Planalto uma transferência de recursos federais para conseguir pagar salários atrasados, mas parecer do Ministério Público diz que operação configuraria violação da Lei de Responsabilidade Fiscal

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli

O Ministério da Fazenda descartou socorrer o Rio Grande do Norte por meio de repasse de recursos do Orçamento, que seriam usados para o pagamento de salários atrasados dos servidores, segundo apurou o Estadão/Broadcast. O ministério enviou uma carta ao governador do Estado, Robinson Faria (PSD), comunicando a decisão.

A negativa abriu uma crise com o governo estadual, que tinha conseguido o patrocínio do Palácio do Planalto para a operação e esperava ver o dinheiro até o fim deste ano. Na véspera do Natal, o governador chegou a prometer no Twitter que os salários atrasados dos servidores seriam pagos nos próximos dias, a partir da edição de uma medida provisória que estava

sendo negociada pelo Ministério do Planejamento para transferir R\$ 600 milhões do governo federal.

Mesmo com o aval do Planalto, a operação enfrentava resistência da área econômica, que vê na concessão de um socorro desse tipo um precedente de alto risco no relacionamento com os Estados. Na carta encaminhada ao governador, o secretário executivo da Fazenda, Eduardo Guardia, argumentou que parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) inviabilizava a operação.

O procurador Júlio Marcelo de Oliveira recomendou na última sexta-feira que a equipe econômica impedisse a realização da operação diante do risco de descumprimento da Constituição e da Lei de Responsabilidade Fiscal ao destinar o dinheiro para pagamento de pessoal. O próprio governador deixou claro que os salários dos servidores seriam pagos com a ajuda federal.

“A recomendação serve para esclarecer qualquer possível dúvida que alguém ainda pudesse ter (sobre a legalidade da transferência) e servir de alerta, sim. Isso é crime de responsabilidade”, disse Oliveira ao

Estadão/ Broadcast. Na carta, Guardia diz que o parecer do MP-TCU é “conclusivo” e que a operação de “natureza voluntária” afrontaria o princípio da equidade na transferência dos recursos federais entre os Estados.

O secretário chegou a dizer que essa mesma avaliação já tinha sido feita por diversos ministros do TCU durante o julgamento da consulta feita pelo Ministério do Planejamento à corte de contas em relação a essa questão. Mesmo assim, no entanto, o plenário do TCU deu aval à operação. Guardia disse ainda que o governo estuda outras alternativas e que a Fazenda está à disposição para discutir soluções para o problema fiscal do Rio Grande do Norte.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a decisão repercutiu negativamente no Estado, que promete retaliar. O secretário de Tributação do Rio Grande do Norte, André Horta, disse não ter recebido a carta e preferiu não comentar a decisão. A reportagem não conseguiu contato com o governador até o fechamento desta edição. O Ministério da Fazenda disse que não iria comentar.

Para MP, operação seria precedente para outros Estados

Na recomendação que fez ao Ministério da Fazenda em relação a um eventual repasse de R\$ 600 milhões ao Rio Grande do Norte, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) alerta que a operação, que serviria para pagar salários, configuraria precedente jurídico para que os demais Estados e mais de 5,5 mil municípios reivindicassem o mesmo tratamento no campo político e/ou judicial.

“Se esse dinheiro for liberado para pessoal, é o início de uma sangria de bilhões de reais na União. Adeus ajuste fiscal”, disse o procurador Júlio Marcelo de Oliveira. O governo federal repassou R\$ 2,9 bilhões ao Rio de Janeiro no ano passado, mas a operação tinha características distintas, uma vez que o dinheiro era destinado a garantir a segurança em um evento internacional, os Jogos Olímpicos.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, afirmou em entrevista ao Estadão/Broadcast, antes da manifestação do MP-TCU e também do envio da carta pelo Ministério da Fazenda, que o órgão foi surpreendido pela gravidade exposta pelo Rio Grande do Norte, uma vez que o próprio Estado vinha negociando novas operações de crédito com aval da União.

O Estado não tem dívida com a União, mas mesmo assim não conseguiu nos últimos anos regularizar sua situação financeira. A secretária falou antes da manifestação do MP-TCU e também do envio da carta pelo Ministério da Fazenda. Ela explicou que o Tesouro estruturou um relacionamento com os Estados baseado em contrapartidas para um ajuste estrutural, mesmo que gradual.

“Nós não vemos condições de escapar dessa lógica de

relacionamento. É impossível inferir qual Estado fez um ajuste adequado e qual está com menos problema. Tem um risco moral embutido muito alto”, afirmou a secretária. O Tesouro enviou uma missão técnica ao Rio Grande do Norte para avaliar a situação financeira do Estado.

Além disso, o Banco Mundial negocia com o Estado crédito novo para que o governo estadual possa reequilibrar suas contas, em troca de medidas de ajuste fiscal. As características são semelhantes às do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), do governo federal, que suspende por três anos as dívidas dos Estados com a União, desde que sejam adotadas medidas de reequilíbrio das contas, incluindo até mesmo a venda de empresas estaduais.

A.F. e I.T.

Entrevista / Ana Paula Vescovi, Secretária do Tesouro Nacional

‘Tem de ficar claro: deu para um grupo, vai faltar a outros’

Secretaria do Tesouro afirma que Orçamento não é elástico e que próximo governo terá de fazer escolhas difíceis

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Primeira mulher a comandar o Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi diz que o Brasil tem encontro marcado com a discussão sobre as despesas obrigatórias, como pagamento de aposentadorias e salários do funcionalismo. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, ela diz que é preciso ficar claro para a sociedade que dar reajustes a servidores significa reduzir verbas de políticas que atingiriam a população como um todo em áreas como saúde e educação.

Medidas para 2018 não foram aprovadas e a reforma da Previdência foi adiada. Será preciso apertar ainda mais o cinto?

Seja qual for o governo, por

algum tempo o País terá de fazer escolhas difíceis. O excesso de rigidez do Orçamento, de indexação de despesas obrigatórias e o impacto da tendência demográfica sobre as despesas estão levando à baixa qualidade na alocação dos recursos públicos. Isso terá de ser enfrentado.

Não se tomou medidas para reduzir a rigidez orçamentária?

(A questão) não está sendo endereçada. O Orçamento de 2018 poderá ser bastante pedagógico. Temos a discussão do reajuste dos servidores. A postergação poderia reduzir despesas obrigatórias em R\$ 6 bilhões em 2018. Sem ela, vai ficar um espaço mais restrito para despesas importantes. Estamos falando em trocar um benefício para um grupo já muito privilegiado por mais recursos para o Fundo Nacional de Assistência Social, por exemplo. Teremos menos dinheiro para conservação de estradas que têm excesso de acidentes, com ônus para o sistema de saúde. Essa troca tem de ficar mais clara para a sociedade.

Como a sra. vê a pressão do funcionalismo sobre o governo?

É muito grande, mas não se pode generalizar. Ela vem na defesa de um interesse específico, corporativista. Não faz bom debate em relação aos interesses da sociedade. Temos ainda milhões de desempregados.

Como vencer essa batalha?

Mostrando os dados. Me espanta que os partidos que defendem a manutenção dos reajustes são de esquerda e empunham a bandeira da população carente. Foram defender interesse do grupo mais privilegiado dos trabalhadores. Isso tem de ficar claro: deu para um grupo, vai faltar para outros.

A necessidade de ajuste é um discurso no Congresso, mas na hora eles não votam. Por quê?

É um processo de convencimento. Hoje temos compreensão muito maior de que





temos um problema fiscal grave no País do que há um ano e meio. No ciclo eleitoral de 2018, a discussão fiscal não faltará.

Não podem aparecer soluções aventureiras ou até de negação?

Tenho dúvidas se a população aceitará alguém que fale que não há problema. Os Estados não têm dinheiro para pagar salários, o serviço de saúde está padecendo. Não é só o Rio.

O que esse cenário aponta?

No limite, pressupõe que teremos falta de fontes para financiar déficit que não seja investimento. A Constituição diz que a emissão de dívida do Tesouro não pode ser usada para pagar despesa corrente, como a Previdência, por exemplo (a chamada regra de ouro). Isso tudo vai tornando muito claro como é inexorável enfrentarmos essas questões. A Previdência tem déficit indo para R\$ 200 bilhões, mas o mais grave é que piora por uma questão demográfica. São múltiplas restrições. Elas não passam só pelas regras. São reais sobre o financiamento do déficit brasileiro. Temos um encontro marcado com a discussão da rigidez orçamentária e do excesso de despesas obrigatórias.

O governo tenta resolver 2018 com devolução de recursos pelo BNDES. Como ficará 2019?

É uma crise contratada. É uma pauta suprapartidária e uma discussão que terá de ser feita.

Já conseguiram projetar o rombo da regra de ouro em 2019?

É muito similar (ao de 2018). Vamos esperar o de 2017 para ver se o modelo funcionou bem e mostrarmos o de 2019.

Há três regras fiscais: a meta, o teto e a regra de ouro. O que ocorre se uma cair?

Descumprindo a regra de ouro, temos de suspender o financiamento de despesas correntes. Do teto, há vedações constitucionais de despesas. A regra de ouro talvez necessite de aperfeiçoamento. Seria mais interessante ter acionamentos automáticos do que levar a crime de responsabilidade.

Como seriam?

Um pouco do que foi feito com o teto. Seria importante a vedação de algum tipo de despesa, financiamento ou desvinculação de receita. Estamos levando essa discussão para vários atores que têm se interessado. Mas

não existe proposta.

O teto de gastos já está em xeque. Ele será sustentável?

A regra do teto é simples e estimula essa discussão alocativa. Também traz um acionamento automático de medidas caso não seja cumprido: vai vedar novos concursos, reajustes de salários, crescimento de despesas obrigatórias acima da inflação. Com a expectativa de crescimento em 2018 e alento do campo das receitas, isso não virá em benefício das despesas, mas do resultado fiscal.

Há discussão que o teto pode ser revisto. O que acontece?

Acreditamos que essa discussão não se sustenta. O teto é a construção que temos para sinalizarmos aonde o Brasil vai chegar em termos de endividamento público. A dívida pública deverá crescer por algum tempo até se estabilizar. Se perdemos essa sinalização, os financiadores começam a cobrar prêmio de risco (valor adicional para comprar títulos públicos). E aí, há deterioração natural da economia, do crescimento e da geração de emprego.

Para analistas, política fiscal entra em 2018 cercada de riscos

Com reforma da Previdência ainda sem certeza de aprovação, País pode ter nota de crédito rebaixada

A política fiscal brasileira entra em 2018 com a luz amarela ainda acesa. No radar, a possibilidade de um novo rebaixamento da nota de crédito do País por agências internacionais de rating no início do ano e o risco de o próximo presidente eleito assumir o cargo em 2019 diante de uma nova crise fiscal.

O balanço de perdas e ganhos para o ajuste fiscal mostra que a equipe econômica ainda terá muito trabalho pela frente para mostrar que as contas públicas entraram nos trilhos e reverter a trajetória explosiva da dívida pública, segundo fontes da área econômica e especialistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast.

Na reta final do ano, o Congresso aprovou a toque de caixa uma série de projetos que afetam o ajuste dos Estados. Ao mesmo tempo, as medidas do pacote fiscal para

reforçar o Orçamento de 2018 ficaram sem ser analisadas pelos parlamentares. Nem mesmo a alteração na forma de tributação dos fundos exclusivos de investidores de alta renda, que garantiria R\$ 11 bilhões aos caixas da União, Estados e municípios no ano que vem, sensibilizou os deputados e senadores.

A medida ficou na gaveta, surpreendendo a equipe econômica, e mesmo se aprovada em 2018, só poderá entrar em vigor em 2019. Além disso, uma liminar do STF suspendeu o adiamento do reajuste dos servidores – que traria alívio de R\$ 6 bilhões. Perda que o governo será forçado a compensar com um corte nos investimentos.

Mas o maior revés foi o Planalto não ter conseguido quórum para votar e aprovar a reforma da Previdência. A apreciação da proposta foi adiada para fevereiro, mas ainda é uma incógnita, apesar de o governo ter aberto o caixa nas negociações. Para um integrante da equipe econômica, o governo inicia

2018 “preso nesse assunto” e sem os votos necessários. Incerteza que traz riscos para o cumprimento do teto de gastos, a partir de 2019. “A situação dos próximos dois anos será muito difícil.

Temos de continuar agenda de reformas para continuar tendo crescimento sustentável. Se parar a agenda, volta o problema. A notícia do fim do ano não foi boa, adiar a reforma da Previdência, isso está prejudicando o País”, avalia o economista Marcos Lisboa, presidente do Insper e ex-secretário de Política Econômica da Fazenda.

Perdas.

Técnicos do Ministério da Fazenda ouvidos pelo Estadão/Broadcast avaliam que as maiores perdas em 2017 foram as várias renegociações de dívidas, como os diversos parcelamentos de débitos tributários (Refis). Foram cinco ao todo, o último deles para micro e pequenas empresas. Além de serem considerados programas ruins, eles afetam arrecadação futura do Brasil.





O governo também ampliou em R\$ 20 bilhões a meta de déficit fiscal de 2017 e 2018, retardando a volta dos superávits para as contas do governo. O espaço foi consumido com três desbloqueios seguidos nos últimos meses. O ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Manoel Pires avalia que o mais negativo foram os Refis, que aumentaram a arrecadação em 2017 e ajudaram a cumprir a meta, mas no longo prazo tendem a provocar queda na receita.

Há também críticas, entre economistas, sobre o apoio que ainda existe a agendas como incentivos à indústria automotiva. “É impressionante que depois de tanto fracasso, ideias velhas voltem a dominar”, afirma Lisboa.

Por outro lado, os maiores ganhos apontados pelos economistas do governo foram a queda da inflação e da taxa Selic, que abriram espaço para a retomada do crescimento, e a

criação da Taxa de Longo Prazo (TLP), que corrigirá os empréstimos do BNDES e refletirá mais de perto o custo da dívida pública, reduzindo os subsídios.

Para eles, a TLP muda toda a lógica da concessão de subsídios e torna mais difícil o uso excessivo dos bancos públicos para fomentar empresas e setores. Com ela, os juros poderão ser menores, dificultando o uso de crédito subsidiado para compensar marcos regulatórios ruins e baixo retorno dos projetos como foi feito no Brasil até 2014.

A queda do juros, por outro lado, reduz as despesas com encargos da dívida. Até setembro, o impacto já somava R\$ 52 bilhões, de acordo com cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI). Para 2018, a inflação pode ajudar o fiscal, ao diminuir o peso das despesas que são atreladas à inflação.

A.F. e I.T.

Como manter a “regra de ouro”

Raul Velloso

O “x” da questão é o crescimento descontrolado do chamado gasto corrente obrigatório, onde a Previdência se destaca

Defenderei neste artigo que a solução que venho apresentando desde o ano passado para a emergência fiscal brasileira é também uma saída para a iminente violação da esquecida “regra de ouro” da política fiscal brasileira, de que, grosso modo, operações de crédito não podem financiar gastos correntes — Art. 167, III, da Constituição. Cálculos da consultoria de orçamento da Câmara Federal demonstram ser muito alto o risco de isso ocorrer este ano. Já imaginaram se o atual governo, com a baixa credibilidade que tem, for forçado a enviar uma proposta ao Congresso tornando esse inciso sem efeito, para evitar a responsabilização penal e administrativa do Tesouro e política do presidente?

Pois bem, a situação fiscal brasileira assumiu tal dramaticidade que se tornou praticamente impossível cumprir qualquer meta de deficit primário, que o Congresso Nacional aprova após submissão pelo Executivo. Ou mesmo obedecer ao próprio teto de crescimento dos gastos totais igual à inflação decorrida, outra espécie de “regra

de ouro” recém-aprovada via emenda constitucional para vigência em 20 anos. Quer dizer, o castelo de cartas se desmorona.

O “x” da questão é o crescimento descontrolado do chamado gasto corrente obrigatório, onde a Previdência se destaca. Defendendo algo de ganho difuso com penalização concentrada em poucos, neles incluídos tanto os mais quanto os menos pobres, o governo jogou todas as fichas em mais uma reforma das regras previdenciárias, algo muito difícil de aprovar.

Juntamente a especialistas como Leonardo Rolim, penso que se deveria equacionar, antes de mais nada, a previdência dos servidores públicos ou zerar seu passivo atuarial, mediante a criação de um fundo de pensão nos moldes do que já foi feito nas grandes estatais federais e está previsto na própria Constituição, em seus artigos 40 e 249. A mudança de regras viria depois.

Pelo primeiro artigo, o equilíbrio financeiro e atuarial desses regimes deve ser obtido em última instância por meio do aumento das contribuições, tanto patronal quanto dos servidores, inclusive aposentados. E, pelo segundo, deve ser criado um fundo para custear o pagamento desses benefícios, inclusive com o aporte de ativos e/ou recebíveis do ente federativo (essa mesma solução se aplica à

maioria dos Estados e Municípios, hoje praticamente falidos).

Apenas para o regime dos servidores civis, estima-se um deficit financeiro da ordem de R\$ 44 bilhões na União este ano, sem haver qualquer participação de servidores na sua gestão, em que pese disposição legal nesse sentido.

Obtido o equilíbrio financeiro e atuarial desses regimes, deixaria de fazer qualquer sentido tais verbas transitarem pelos orçamentos públicos. E de direito privado deveria ser o fundo a ser criado para custear os citados benefícios previdenciários, nos mesmos moldes da previdência complementar.

Na raiz do elevado passivo atuarial dos regimes dos servidores estão vários problemas cujo detalhamento neste espaço não permite elaborar. Mas o fato é que diversos municípios que têm sua previdência totalmente capitalizada e bem gerida apresentam equilíbrio financeiro e atuarial, em muitos casos com alíquotas de contribuição patronal menores do que as do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Para viabilizar uma capitalização dos regimes de servidores de forma confiável e sustentável, é fundamental que a entidade gestora, assim como o fundo, sejam de direito privado. Dessa forma, além de ficar





definitivamente claro que não se trata de recurso público para efeitos orçamentários, evita-se o risco de um governante desmanchar o modelo de capitalização e se apropriar dos recursos para pagar despesas correntes, como já aconteceu em vários entes da federação, deixando um legado de déficits ainda maiores para o futuro.

Agora, deveria ser definido um plano de equacionamento do déficit atuarial por intermédio do aporte de ativos como imóveis, ações de empresas estatais e a securitização do fluxo futuro de vários recebíveis. Caso haja necessidade do fundo de previdência ter liquidez para pagar benefícios antes da monetização desses ativos, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderia comprar cotas de fundos de investimentos de propriedade do fundo, constituídas a partir dos ativos aportados ainda

em fase de monetização. Creio que isso será necessário apenas por um curto período de tempo, enquanto a sistemática amadurece.

A partir de então, o fundo terá uma gestão totalmente apartada da União, tal como ocorre com os fundos de pensão de estatais, a exemplo da Previ, dos empregados do Banco do Brasil. A União tão somente pagará a contribuição patronal para o fundo. Tal papel lhe dará o direito de dividir a gestão da entidade conjuntamente com os servidores. Por outro lado, lhe dará também a obrigação de cobrir déficits que apareçam no futuro com alíquotas suplementares na mesma proporção que os servidores participantes. O fundo poderia ser segmentado em planos por poder ou por data de ingresso do servidor (tendo em vista regras diferentes de benefícios), ou ambos.